

## **COMO SE FORMA O NOVO GESTOR? A IMPORTÂNCIA DOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS NA PEDAGOGIA**

Edna Prado – UFAL

### **I – DO DIRETOR AO GESTOR: uma rápida incursão pela história**

Antes de ser falar sobre o estágio em gestão educacional, faz-se necessária uma rápida reflexão sobre questões importantes que permeiam a administração de um sistema escolar, de uma rede e de uma instituição de ensino, mais precisamente, da escola de educação básica. Entre estas questões estão: a compreensão do impacto das políticas públicas educacionais no contexto escolar, a compreensão do conceito descentralização.

A descentralização do sistema não é uma característica recente, ela já estava presente na pauta das discussões educacionais desde as primeiras décadas do século XIX. Através do Ato Adicional à Constituição Federal de 1834, os encargos da educação básica são transferidos para as províncias (mais tarde estados), que para custeá-los criaram novos impostos (MONLEVADE, 1997). Mas apenas em 1998 é que se pode falar em um verdadeiro sistema educacional:

Em tese, a carta de 1988 viabiliza pela primeira vez o estabelecimento de um sistema nacional de Educação, ao vincular, obrigatoriamente, recursos orçamentários para a área e definir um regime de colaboração entre as diferentes instâncias da União pela universalização do ensino básico. (KRAWCZYK, 2008 p. 48)

Com o advento do Capitalismo Industrial, muitas mudanças ocorreram, não só no modo de produção, mas na sociedade como um todo. Na área educacional houve a criação e expansão do sistema universitário, ampliação do ensino público de nível básico, surgimento da educação infantil e de jovens e adultos, ampliação da rede particular, entre outras mudanças. Em termos de financiamento, as escolas públicas continuavam sendo mantidas pelas verbas provenientes de impostos, não só estaduais, mas também federais e municipais, sem, entretanto, uma clara definição de responsabilidades entre as instâncias e sem um controle sobre a aplicação efetiva das verbas.

Pouca alteração nesse quadro pode ser sentida até o final da década 80, quando um novo sistema de relações internacionais, criado a partir da crise econômica, ocorrida nos anos 70, começa a consolidar-se. É a chamada globalização, que aliada às regras do neoliberalismo, estabeleceu uma nova configuração mundial.

O processo de reestruturação global do Estado e os novos ditames da economia de mercado provocaram impactos nas diferentes esferas sociais e, como não podia deixar de ser, determinaram importantes reformas na esfera educacional. As pressões dos organismos multilaterais intensificam-se no início dos anos 90 e o discurso neoliberal passou a fazer parte do cenário educacional, reorganizado em função dos critérios de mercado.

Neste contexto e, a partir da legislação, várias políticas públicas e ações para a implantação da gestão democrática nas escolas públicas foram criadas nos âmbitos federal, estadual e municipal. Segundo Krawczyk (2008 p. 16):

As recomendações internacionais orientavam a reconfiguração da relação entre o Estado e a sociedade por meio da implementação de políticas de descentralização na gestão da educação e de incorporação da lógica da gestão privada na gestão pública [...] a organização da gestão do sistema educacional e da escola foram dimensões privilegiadas nas reformas do setor na América latina durante a década de 1990.

Sistemas, redes e escolas foram fortemente influenciados pelas novas determinações. Vocábulos e expressões como descentralização da administração ou da gestão, gestão democrática, gestor, entre outros, começaram a ganhar evidência no cenário educacional brasileiro, em especial, a partir dos textos legais que retomavam o já previsto no Art. 206 da Constituição Federal de 1988.

Antes desse período, reflexo de uma política centralizadora, influenciada fortemente por preceitos militares, o sujeito que ocupava o cargo mais elevado na escola, que administrava as questões pedagógicas, burocráticas e de pessoas era conhecido como “diretor escolar”, como “chefe” e, em muitos lugares, como o “dono da escola” (infelizmente em pleno século XXI, ainda muitos se sentem os donos de escolas que são “públicas” – “do povo”!). As ações deste diretor eram fortemente influenciadas pelas práticas administrativas desenvolvidas no setor empresarial. Acreditava-se que o que dava certo na empresa capitalista, também seria viável na escola pública e a transposição de projetos, dinâmicas e pressupostos deu-se em vários lugares de forma acrítica. A burocracia, a estrutura verticalizada, o excesso de formalismo, a centralização do poder nas mãos do diretor e a crença na neutralidade da administração

empresarial foram características marcantes do período considerado como a fase clássica da administração escolar. Mas, em nome dos ideais de democracia e de descentralização o vocábulo “diretor” (não necessariamente as práticas) é substituído não só na legislação, mas também na produção acadêmica que se sucede no período, por “gestor”, aquele que administra as tensões, que se envolve em todas as áreas da escola, que aproxima as questões burocrático-administrativas das pedagógicas e de pessoas, que delega poderes e tarefas, enfim, aquele que enxerga as especificidades da administração escolar para além da administração empresarial e que é (ou deveria ser) “democrático”.

Ingenuidade seria acreditar que só pela substituição de um termo, saturado por uma carga semântica negativa ao longo de anos de práticas autoritárias, a tão sonhada gestão democrática das escolas públicas seria alcançada. Muito mais que alterações terminológicas, a administração da escola pública para ser verdadeiramente democrática precisa de sérias e profundas alterações políticas, pois caso contrário, a gestão democrática torna-se mais “... *um discurso em que o apelo a uma ideologia democrática, libertária e descentralizadora encobre, nas novas condições políticas, a continuidade e até o aprofundamento de políticas oriundas dos regimes ditos autoritários*” (COGGIOLA, 2008 apud KRAWCZYK, 2008 p.2)

Mais de vinte após a promulgação da nossa Carta Magna, considerada por muitos, a Constituição Cidadã, ainda precisamos avançar do plano do discurso, da legislação (Constituição Federal, LDB, Diretrizes Curriculares, pareceres, resoluções), programas de governo e projetos para a efetivação de políticas públicas que atinjam verdadeiramente ao que chamamos no meio educacional de “o chão da escola”. O discurso bem elaborado, apaixonante e, por vezes utópico para muitos, precisa ganhar concretude, precisa ser capaz de produzir práticas mais democráticas, mais participativas e, acima de tudo, mais humanas.

Neste contexto, a formação do novo gestor ganha um papel central e, dentro dele, a função do estágio curricular supervisionado. Os cursos de formação de professores-gestores devem propiciar momentos de reflexão e de contato com práticas de escolas que visem à construção educativa “de” e “para” processos participativos e democráticos.

## **II – O ESTÁGIO CURRICULAR EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Ainda é incipiente a produção acadêmica sobre o estágio curricular na formação das equipes gestoras das escolas de educação básica. Em uma consulta às principais bases de dados do Brasil tal assertiva pode ser confirmada. Embora o tema da gestão educacional tenha começado a ganhar visibilidade a partir dos anos 80 do século XX, a discussão sobre o estágio específico na formação do gestor é secundarizada. Há um predomínio de artigos, dissertações, teses e alguns livros sobre o estágio docente. Mas é como se dá a formação do novo gestor?

Muitos podem afirmar que o referido predomínio se deve ao fato da ocupação do cargo de gestor só ser possível, no caso das escolas públicas, para aqueles que já são professores. E também porque a atividade docente pressupõe a atividade gestora, tal como previsto no Art. 4 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006:

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando: I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação; II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares [...] (grifos nossos)

Parece uma explicação lógica, embora não suficiente. Há sim particularidades no campo de trabalho do gestor que não são trabalhadas em muitos cursos de pedagogia. Torna-se necessário que se garanta na matriz curricular desses cursos um espaço voltado às reflexões teóricas específicas da política, da gestão educacional e da atuação do gestor escolar, uma vez que a legislação garante tanto ao licenciado quanto ao pedagogo compor a equipe gestora das unidades escolares.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006, o curso de Pedagogia tem como finalidade a formação profissional, social e cultural dos futuros docentes e gestores que, qualificados para o exercício de suas atividades pedagógicas, sejam comprometidos com a ética profissional e com a responsabilidade de propiciar atividades e situações de docência, gestão, supervisão, etc. nas quais desenvolvam a capacidade de reflexão, autonomia, cooperação e participação, a interiorização de valores, a capacidade de percepção de princípios, de relação interpessoal e de abertura às diversas formas da cultura contemporânea, capacidades essenciais não apenas a si próprios no exercício da profissão, mas a seus estudantes/orientandos e interlocutores diversos.

Entretanto, como dar conta de tantos objetivos em tão pouco tempo de formação? O que deve predominar: as reflexões teóricas ou prática cotidiana? Ou o equilíbrio entre as duas perspectivas?

Frequentes debates e estudos sobre a dicotomia existente entre os saberes teóricos e os práticos mostram que muito já foi feito ao longo dos anos no sentido de superação dessa falácia, isto porque, não existe teoria sem prática, nem tampouco prática sem teoria, uma é indispensável à outra num processo de verdadeira construção do conhecimento. *“A prática pela prática e o emprego de técnicas sem a devida reflexão podem reforçar a ilusão de que há uma prática sem teoria ou de uma teoria desvinculada da prática”*. (PIMENTA, 2004, p. 37)

A referida dicotomia também é apresentada por Fazenda (2005, p. 22) ao destacar a importância dos estágios curriculares para a formação docente:

Após caracterizar e problematizar a prática pedagógica desenvolvida na escola, campo de observação e de coleta de dados para análise, os alunos estagiários acabam percebendo que a teoria veiculada, esvaziada da realidade e das práticas cotidianas da sala de aula, não explica a prática e, quando não, acaba contradizendo-a. O que ocorre é a ausência de fundamentos teóricos justificando uma determinada prática, da mesma forma em que uma postura crítica sobre a prática pedagógica só pode existir quando há uma relação dialógica entre ela e a teoria. Esse momento tem exigido a construção coletiva do referencial teórico que irá auxiliar a leitura da prática, desvelando, por assim dizer, qual ou quais teorias pedagógicas estão orientando a prática do professor, que por sua vez não é neutra nem fruto de uma separação ingênua entre um determinado projeto político e uma concepção de educação.

Mesmo assim, tal situação ainda permanece presente em alguns cursos de formação docente para a educação básica brasileira. Hoje, em números mais reduzidos, ainda se ouve nas conversas informais ao longo dos corredores das universidades falas sobre escolas que assinam estágios curriculares supervisionados de alunos sem que esses tenham a necessidade de realizá-los, ou se realizados, horas a mais são assinadas.

A partir desta constatação, destaca-se neste texto o trabalho interdisciplinar que, sob a orientação direta dos professores do curso de pedagogia, busca aprofundar gradativamente no estágio curricular supervisionado em gestão os conteúdos desejados pautando-se na premissa de que é fundamental ao futuro pedagogo o domínio de um sólido conhecimento, não na forma de “estoque” armazenado, mas na forma de “domínio prático-conceitual”, que o torne capaz de levar seus alunos e interlocutores a serem agentes de sua própria formação, aproveitando ao máximo a riqueza dos espaços de conhecimento e participação propiciados por uma concepção democrática de gestão,

pelas diversas linguagens (multimídia, Internet, livros, etc.). Sendo os conhecimentos prático-conceituais indispensáveis ao graduando, suas atividades de estágios devem ser ressignificadas, isto porque, o estágio passava a ser entendido como instrumento da práxis docente e gestora.

### **III - A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO GESTOR E A RESSIGNIFICAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Este tópico constitui-se um relato de experiência advinda das práticas de desenvolvimento profissional dos estudantes dos cursos de pedagogia de uma universidade pública do Nordeste brasileiro e tem como objetivo refletir sobre o processo de construção da identidade dos futuros gestores durante os espaços e tempos do estágio curricular supervisionado, na busca dos saberes necessários à formação profissional que superem qualquer indício da falaciosa dicotomia existente entre os saberes teóricos e a prática pedagógica.

Depoimentos de estudantes estagiários, gestores e professores, projetos de intervenção, Projetos Pedagógicos (tanto dos cursos de formação docente, quanto das escolas campo de estágio), relatórios de visita, relatórios finais de estágio constituem a base empírica, tendo como referenciais os estudos de Raiça (2000), Pimenta (2004) e Fazenda (2005).

#### **3.1 – A especificidade do estágio curricular supervisionado**

É muito comum em estudantes que chegam à segunda metade do curso de pedagogia uma idéia equivocada sobre os estágios curriculares. Alguns chegam a acreditar que é a hora de ganhar um dinheiro a mais para o complemento da renda familiar mensal.

Há sim estágios remunerados ao longo da formação universitária nos mais diversos cursos, neles os estagiários trabalham nunca mais de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, sob a supervisão de um profissional habilitado, por um período máximo de 2 (dois) anos. São os estágios previstos no Art. 1º da Lei 11.788, de 25 de setembro 2008. Para a realização destes estágios há instituições especializadas na divulgação e contratação dos estagiários.

Embora importante, não é esta modalidade de estágio o foco de nesta reflexão, cujo foco é o estágio curricular supervisionado, ou seja, aquele que faz parte das atividades obrigatórias da matriz curricular dos cursos de formação docente (e “gestora”), o qual, de acordo com o § 1º do Art. 2º da citada lei “*é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma*”.

Uma vez entendido o que é o estágio (período de preparação profissional), o que é curricular (o que está previsto na matriz curricular dos cursos, em concordância com o estabelecido pelas referidas Diretrizes Curriculares Nacionais), resta ainda uma reflexão sobre o vocábulo “supervisionado”.

Em muitas instituições o estágio curricular supervisionado constituía-se apenas como mais uma exigência frente às inúmeras outras tantas da legislação nacional em vigor. Aos estudantes estagiários cabia a tarefa de se dirigirem à escola de educação básica mais próxima à sua residência ou à que de alguma forma lhe trouxesse mais benefícios para a realização do estágio, sem que neste processo houvesse qualquer intervenção do professor orientador. As tarefas dos estagiários pautavam-se, na maioria das instituições, em três atividades: a observação, a participação e à regência (quanto à docência). Para os estágios de gestão, o graduando limitava-se a observar e a participar de algumas atividades previamente estipuladas pela equipe gestora. A essas atividades acrescia-se o exaustivo trabalho de preenchimento de inúmeras fichas padronizadas com o logotipo de instituição e a coleta de assinaturas de professores e membros da equipe gestora.

Ao professor orientador de estágio, neste formato de estágio curricular, cabia a tarefa de fiscalizador, de conferente de fichas, carimbos e assinaturas diversas (como se fosse possível conferir a assinatura de uma pessoa que nunca teve contato).

### **3.2 – Uma experiência de estágio: um caminho que se faz caminhando...**

Mesmo com entraves de diversas ordens (organizacionais, políticos, financeiros, etc.) a universidade pública traz, sem sombra de dúvidas, inúmeras possibilidades para trabalhos exitosos. É sobre um deles que este item se constrói.

O trabalho desenvolvido pelos professores responsáveis pelo estágio em gestão educacional (pertencentes ao Setor de Estudo: Política e Gestão do Centro de Educação de uma universidade federal nordestina) tem ganhado, ao longo dos anos, melhor qualidade e maior inserção social.

A fim de romper com a ideia fragmentária e por vezes burocrática da departamentalização, no referido Centro de Educação os departamentos foram substituídos pelos Setores de Estudos, os quais congregam as disciplinas e os professores de um mesmo campo epistemológico.

Em linhas, gerais, as atividades de estágios em cada período do curso de pedagogia têm um eixo temático a ser pesquisado (docência e gestão) e partem da investigação, análise e categorização das observações realizadas pelos alunos durante o período de diagnóstico da realidade escolar, para posterior elaboração de um projeto de intervenção junto à população participante do estágio (comunidade escolar).

Para garantir um aprendizado mais consistente, a turma de em média quarenta alunos é dividida em três grupos menores e, assim, toda atividade de estágio desenvolvida é orientada e supervisionada por três professores, os quais se responsabilizam por um pequeno grupo de alunos da sala, permitindo que eles realizem o exercício da reflexão sobre a prática em situações de socialização das experiências, sob o acompanhamento constante do professor que ora fica na universidade ora nas escolas campos de estágio.

As atividades são desenvolvidas com o objetivo de familiarizar o estudante estagiário com as atribuições inerentes ao cotidiano das equipes gestoras das escolas públicas de educação básica, entre as quais se destacam o contato com: o plano de gestão, o Projeto Político Pedagógico, regimento, matrizes curriculares, calendário, escrituração, documentação e arquivos funcionais, programas e projetos assumidos pela escola, destinação de verbas e recursos, relações interpessoais, além dos fundamentos legais das políticas públicas educacionais e da dinâmica da gestão nas instâncias centrais, como secretarias e conselhos de educação (estadual e municipais), atendo ao disposto no inciso III do Art. 3 das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 “*a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino*”.

As 80 (oitenta) horas do Estágio em Gestão são trabalhadas de forma articulada com os Projetos Integradores que possuem mais 40 (quarenta) horas dentro da matriz curricular do curso, permitindo aos estudantes um maior contato com as práticas de gestão nas instituições campo de estágio.

A observação e análise do trabalho desenvolvido em instituições de educação no que concerne à organização e gestão dos processos; o diagnóstico da realidade; o levantamento de prioridades; a elaboração, aplicação e execução de plano de intervenção no campo de estágio, constituem as bases da disciplina de estágio que, complementadas pelas visitas aos sites do Ministério da Educação – MEC, Secretaria Estadual de Educação – SEE e Secretarias Municipais de Educação – o SEMED`s, visitas *in loco* às Secretarias e Conselhos de Educação – atividades propostas na disciplina de Projetos Integradores –, explicitam um grande eixo temático, cujo objetivo é a compreensão das sutilezas, limitações e possibilidades da gestão educacional nos sistemas de ensino e nas escolas.

A dinâmica de trabalho pauta-se em aulas expositivas dialogadas ministradas no campus da universidade pelos três professores responsáveis pelas disciplinas na presença da turma toda, em encontros separados com os pequenos grupos e acompanhamento docente em todas as idas às instituições. Nas aulas ministradas na universidade são discutidas questões referentes às concepções de estágio curricular, às bases legais do estágio supervisionado, à importância do estágio curricular no contexto da formação profissional do gestor, bem questões de elaboração e desenvolvimento do diagnóstico da realidade das instituições, socialização dos aspectos observados, etapas do projeto de intervenção, análise dos dados coletados e construção dos relatórios finais e pôsteres. Nos encontros nas instituições campo de estágio, os graduandos procuram participar da rotina ao mesmo tempo em que observam e coletam informações para a elaboração do projeto de intervenção. Ao final do semestre letivo, há a realização de um Seminário de Estágio em Gestão no qual os estudantes apresentam oralmente e em formato de pôster o trabalho desenvolvido na presença dos professores orientadores do estágio, membros das equipes gestoras que se deslocam até a universidade e estudantes e docentes dos demais períodos do curso de pedagogia.

### **3.3 – A intencionalidade das ações: superando a burocratização**

Todas as atividades propostas aos estagiários contam com roteiros previamente elaborados pelos professores orientadores do estágio antes do início do período letivo, mas muitas vezes, a partir das contribuições dos estudantes, sofrem algumas alterações a fim de melhorar o trabalho.

Ao contrário do que se poderia pensar, os roteiros não se constituem uma “camisa de força”, uma obrigatoriedade, eles são apresentados aos estudantes com a finalidade única de auxiliá-los, isto porque, a equipe de professores orientadores do estágio em gestão acredita que a formação do gestor não deve ser castradora, mas sim criativa e democrática, pois como falar em gestão democrática dos sistemas e das unidades escolares se no próprio estágio em gestão o trabalho não se pauta na coletividade e nos princípios democráticos?

A referida equipe corrobora a retomada conceitual do vocábulo formação apresentada por Collares, Geraldi e Moysés (1999 p.7). Segundo eles,

[...] sempre que nos interrogamos sobre "formação", imediatamente outras expressões cognatas aparecem em nossa mente: informar, formar, forma, fôrma. Essas relações paradigmáticas remetem, semanticamente, a uma noção hoje absolutamente depreciativa: formar remete a enformar, pôr em forma – em suas duas leituras de f(o)(ô)rma. De fato, é adequada essa crítica à "formação", pois permite desvendar nos traços semânticos implicados as noções que a "enformação" contém: passado e futuro. Somente é possível pensar em formação se tivermos presente um conjunto de características do tempo futuro em que queiramos ver projetadas perspectivas do passado. No presente, calculam-se horizontes de possibilidades, e é o cálculo desses horizontes que define o que do passado será parte do conjunto de informações a serem transmitidas no presente, as quais desenharão a forma/fôrma do sujeito do futuro que estamos a formar no processo educacional presente, processo que ultrapassa os limites da escola, mas no qual a escola funciona emblematicamente. (grifo nosso)

Uma das primeiras atividades dos estagiários é, ainda na universidade, fazer uma visita a alguns sites oficiais de educação que contenham informações sobre os programas e projetos voltados para a melhoria da educação brasileira. Nestes sites, os graduandos fazem uma pequena varredura, explorando as várias informações neles contidas e, em seguida, dirigem-se às páginas com um olhar mais atento a fim de descreverem e analisarem os programas e projetos especificamente de gestão direcionados à melhoria da educação básica propostos pelos governos federal, estadual e municipal. São indicados para visita e análise os sites do próprio MEC, da Secretaria Estadual e Educação e da Secretaria Municipal de Educação da qual à escola e/ou instituição campo de estágio faz parte.

Feita a primeira aproximação com a realidade educacional, a partir da atividade de análise dos sites, os estagiários partem para a caracterização da realidade das instituições campo de estágio.

Durante a caracterização da realidade escolar/institucional os estagiários identificam alguns pontos da gestão educacional que, segundo eles, podem ser melhorados a partir de um trabalho conjunto estabelecido entre a escola e a universidade e, após a discussão com os membros da equipe gestora, se estabelece a temática a ser trabalhada no projeto de intervenção.

A definição dos temas é por vezes marcada por uma relativa tensão. Por mais que no contato inicial os professores orientadores do estágio expliquem quais os objetivos e a dinâmica do trabalho de parceria a ser realizado, em muitas escolas, a partir de uma visão equivocada do estágio em gestão, a equipe gestora espera dos estagiários a substituição de docentes por ocasião de suas faltas, a realização de atividades didáticas em salas de aula, a execução de trabalhos braçais como limpeza e organização da sala de leitura e/ou laboratórios. Neste momento, a figura do professor orientador de estágio torna-se fundamental, pois, juntamente com os graduandos, reúne-se com a equipe gestora a fim de definirem uma temática interventiva específica da área de gestão educacional.

#### **IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As questões aqui tratadas, mais do que respostas prontas e/ou modelos a serem seguidos, buscaram suscitar novas perspectivas, posicionamentos e indagações sobre a formação do gestor das escolas públicas de educação básica de nosso país. Desta forma, longe de acreditar que as reflexões e práticas apresentadas sejam definitivas, a motivação maior foi dividi-las com outros professores, pesquisadores, gestores e interessados pela formação dos novos gestores escolares e pelo estágio na referida área.

Ao relatar uma experiência concreta de estágio em gestão no curso de pedagogia por meio de um artigo, espera-se que, a partir de sua leitura e crítica, novas discussões e posicionamentos surjam e, com eles, possam se ampliar os conhecimentos sobre esta área da educação básica tão importante para um país que busca e precisa ser democrático.

Como resultados do trabalho realizado, identificam-se: avanços na paulatina construção identitária dos alunos como profissionais da educação, na compreensão da complexidade do campo no qual atuarão como gestores e no exercício do olhar investigativo para a elaboração de seus modos de atuação no espaço escolar e, por outro lado, entre os limites encontrados, em razão de obstáculos para viabilizar uma efetiva parceria entre a universidade e as escolas públicas destacam-se: a superação das limitações impostas pelo calendário acadêmico da universidade e das escolas públicas, com eventos e/ou interrupção nas aulas regulares e a superação do equívoco de que o estagiário e a universidade vão às escolas apenas para “sugar”, para retirar informações sem o compromisso de apresentar uma devolutiva a partir da análise realizada durante o período do estágio.

O desafio que se coloca ao trabalho desenvolvido é o redirecionamento de algumas das ações a fim de que possa verdadeiramente contribuir para a efetivação de uma educação cidadã, ajudando a formar os futuros gestores das escolas de educação básica, produtores de sua identidade profissional e atores críticos de uma sociedade menos competitiva, excludente e, acima de tudo, mais democrática.

## V – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília: CNE/CP 05/05.
- BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 27/2001**.
- BRASIL. **Lei 11.788**, de 25 de setembro 2008.
- COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSES, Maria Aparecida Affonso; GERALDI, João Wanderley. *Educação continuada: a política da descontinuidade*. **Educação e Sociedade** [online]. 1999, vol.20, n.68, p. 202-219.
- FAZENDA, Ivani. et al. **A prática de ensino e estágio supervisionado**. Campinas - SP: Papyrus, 2005.
- KRAWCZYK, Nora. **A reforma educacional na América Latina: uma perspectiva histórico-sociológica**. São Paulo: Xamã, 2008.
- MONLEVADE, João. **Educação Pública no Brasil: Contos e Descontos**. Ceilândia, DF: Idéa, 1997.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 5ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- RAIÇA, Darcy. (Org). **A prática de ensino: ações e reflexões**. São Paulo: Editora Articulação, 2000.

